



CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES Farmácia

Bacharel

ESTUDO DA AUTOMEDICAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Heloiza Diesica Sousa e Silva
Lara Kelly Casseiro

Orientador: Prof. Doutor Relton Romeis de Oliveira

Trindade Goiás
CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES
Farmácia Bacharel

ESTUDO DA AUTOMEDICAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Helóíza Diesica Sousa e Silva Lara Kelly Casemiro

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitários
Goyazes – UniGoyazes como requisito total
à obtenção do título de Bacharelado em
Farmácia.**

Orientador: Prof. Doutor Relton Romeis de Oliveira

Trindade Goiás
Heloíza Diesica Sousa e Silva Lara Kelly Casemiro

ESTUDO DA AUTOMEDICAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitários
Goyazes – UniGoyazes como requisito total
à obtenção do título de Bacharelado em
Farmácia.

Prof. Dr. Relton Romeis, de Oliveira
Centro Universitário Goyazes - Unigoyazes

Prof. Dr. Raphael Caixeta Serpa
Centro Universitário Alfredo Nasser - Unifan

Prof. Dr. Gustavo Mota Galvão
Centro Universitário Goyazes – Unigoyazes
ESTUDO DA AUTOMEDICAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Heloiza Diesica Sousa e Silva¹; Lara Kelly Casemiro¹; Professor Doutor Relton
Romeis de Oliveira²

RESUMO

O presente artigo tem analisado o fenômeno da automedicação e seus impactos na saúde pública, considerando os fatores que levam a essa prática e suas consequências individuais e coletivas. **A metodologia** utilizada baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, com pesquisa de artigos científicos, livros e publicações acadêmicas que abordam o tema sob a ótica da saúde pública e da farmacologia. **Os resultados** apontam que a automedicação é uma prática amplamente difundida, motivada principalmente pela facilidade de acesso a medicamentos, pela influência midiática e pela busca por soluções rápidas aos sintomas. Entretanto, essa conduta acarreta riscos significativos, como intoxicações, resistência bacteriana, mascaramento de doenças e aumento dos gastos públicos com tratamentos de

complicações evitáveis. **Conclui-se** que a automedicação representa um grave problema de saúde pública, exigindo ações educativas, controle rigoroso na venda de medicamentos e fortalecimento das políticas de atenção primária. As considerações finais reforçam a necessidade de conscientização da população sobre o uso racional de medicamentos e da atuação integrada entre profissionais de saúde e órgãos reguladores para reduzir seus impactos negativos.

Palavras-chave: Automedicação. Saúde Pública. Uso racional de medicamentos. Políticas de saúde.

ABSTRACT

This article analyzed the phenomenon of self-medication and its impacts on public health, considering the factors that lead to this practice and its individual and collective consequences. The methodology was based on a bibliographic search, through a review of scientific articles, books, and academic publications addressing the topic from a public health perspective. The results indicate that self-medication is a widespread practice, mainly motivated by the easy access to medicines, media influence, and the search for quick relief of symptoms. However, this behavior brings significant risks, such as intoxications, bacterial resistance, disease masking, and increased public spending on the treatment of preventable complications. It is concluded that self medication represents a serious public health issue, requiring educational actions, strict control over drug sales, and strengthening of primary care policies. The final considerations emphasize the need for population awareness regarding the rational use of medicines and for integrated action among health professionals and regulatory agencies to mitigate its negative impacts.

Keywords: Self-medication. Public Health. Rational use of medicines. Health policies.

¹ Heloiza Diesica Sousa Silva, Lara Kelly Cassemiro² acadêmicas do Curso de Farmácia Bacharel do Centro Universitário Goyazes – UniGoyazes

³ Orientador: Prof. Doutor Relton Romeis de Oliveira do Centro Universitário Goyazes – UniGoyazes

1 - INTRODUÇÃO

A automedicação é prática que vem sendo usada há anos e multifacetada, que acompanha o desenvolvimento dos sistemas de saúde e a crescente disponibilidade de medicamentos no varejo. O número crescente no Brasil se dá a diversos fatores como o fácil acesso aos medicamentos sem necessidade de prescrição, a indústria

com propagandas massivas que vendem o bem-estar após a ingestão dos medicamentos, indicação de amigos e familiares que tiveram a mesma doença e difícil acesso aos atendimentos médicos em determinadas regiões (Arrais et al., 1997). Em sua definição mais ampla, abrange a seleção e o uso de fármacos por conta própria para tratar sintomas percebidos, reutilização de prescrições anteriores, uso de sobras e consumo de medicamentos “isentos de prescrição”. Organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhecem que a automedicação pode ser parte de um cuidado autônomo responsável, desde que limitada a condições menores e baseada em informação confiável (OMS, 2005)

O estudo da automedicação revela que se trata de um grave problema de saúde pública no Brasil, com impactos significativos que incluem intoxicações, mascaramento de doenças e até mortes. A grande maioria dos brasileiros têm o hábito de se automedicar, recorrendo principalmente a analgésicos, antigripais e relaxantes musculares para sintomas leves como dor de cabeça, febre e dores musculares (ICTQ,2018)

No Brasil, fatores socioeconômicos, culturais e estruturais contribuem para a automedicação, tais como dificuldade de acesso a consultas médicas, o período de espera para atendimentos nos serviços de saúde, divulgação comercial intensa de medicamentos e crenças populares relacionadas ao "saber familiar" (Lopes e seus colaboradores,2016). Além disso, o uso indiscriminado de medicamentos é impulsionado pela falsa percepção de que os remédios de venda livre são inofensivos. Assim, a automedicação passou a ser vista como solução rápida e econômica para o alívio do desconforto, sem considerar seus potenciais riscos. (Bernadi, Aline; Bastos, Francisco, p. 1-7, 2010)

Entretanto, o uso inadequado de medicamentos pode provocar sérios danos, incluindo intoxicações, incompatibilidade medicamentosas, agravamento de doenças não diagnosticadas e efeitos adversos potencialmente fatais. Um dos maiores problemas relacionados à automedicação é o uso incorreto de antibióticos, contribuindo para o aumento da resistência antimicrobiana um dos maiores desafios de saúde global contemporânea (Ventola, 2015). Essa resistência reduz significativamente a eficácia dos tratamentos, sobrecarregando o sistema de saúde e elevando custos hospitalares (WHO,2014).

Portanto, a automedicação inadequada representa não apenas um risco

individual, mas um grave problema coletivo, exigindo políticas de educação em saúde, fiscalização da venda de medicamentos controlados e ampliação do papel dos profissionais farmacêuticos na orientação da população. Dessa forma, o presente estudo busca analisar a automedicação e seus impactos, contribuindo para reflexões sobre medidas preventivas e estratégias de promoção do uso racional de medicamentos (Galato, Dayani; Madalena, Juliana; Pereira, Greice, 2012).

A automedicação apresenta elevada prevalência no contexto brasileiro, configurando-se como uma das práticas de saúde mais difundidas entre diferentes faixas etárias e grupos sociais. O fenômeno está associado a fatores culturais, à percepção de sintomas leves e à ampla disponibilidade (MIPS). Estudos nacionais evidenciam que essa prática se tornou parte do cotidiano, impulsionada pelo fácil acesso aos fármacos e pela naturalização do uso de medicamentos como solução imediata (Arraias, Paulo Sérgio et al, 1997)

Pesquisas mais recentes reforçam que a automedicação continua crescendo, representando um risco significativo para a saúde coletiva, especialmente pelo uso inadequado de analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos (Mendes; Souza; Oliveira, 2023).

Segundo Galato, Madalena e Pereira (2012), a prevalência de automedicação entre adultos jovens, e universitários, predominando o uso de analgésicos, anti-inflamatórios e antigripais. Esse comportamento, mesmo entre indivíduos com maior escolaridade, demonstra que informação não garante uso racional de medicamentos.

Arrais e colaboradores. (2016), utilizando dados da PNAUM (Pesquisa Nacional), identificaram prevalência de 16,1% na população geral brasileira, com maior incidência entre mulheres, pessoas com doenças crônicas e residentes das regiões Norte e Nordeste. A pesquisa destaca ainda que fatores estruturais, como dificuldade de acesso à atenção primária, influenciam significativamente a automedicação.

Ferreira e Nascimento (2019) reforçam que a alta prevalência está relacionada à cultura do “tratamento imediato”, favorecida pela publicidade e pela facilidade de compra. Contudo, os autores alertam para os riscos envolvidos, como reações adversas, interações medicamentosas e atraso no diagnóstico. Assim, a prevalência da automedicação no Brasil, conforme demonstram esses autores, confirma que se

trata de um fenômeno complexo, influenciado por determinantes sociais, econômicos e estruturais, demandando ações educativas e fortalecimento do uso consciente de medicamentos.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a automedicação e seus impactos na saúde pública, por meio de uma pesquisa bibliográfica, identificando os principais fatores associados à prática, seus riscos e consequências, bem como as medidas necessárias para promover o uso racional de medicamentos e reduzir danos à população.

3 - METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa de literatura, de caráter com estudo descritivo baseado em análise documental/ bibliográfica. A revisão buscou identificar, selecionar e analisar estudos científicos referentes ao tema automedicação e seus impactos na saúde pública. Foram utilizadas as seguintes bases de dados de artigos científicos: SciELO, livros publicados entre 2012 a 2024, PubMed e Biblioteca virtual em Saúde, Ministério da Saúde.

Os padrões utilizados na busca foram: Automedicação, uso racional de medicamentos, saúde pública e risco de medicamentos, combinados por meio do operador booleano. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados entre 2012 e 2024, disponíveis integralmente de maneira gratuita e que abordassem diretamente a prática da automedicação e suas repercussões.

4- RESULTADOS

Os resultados apresentados no quadro a seguir sintetizam as principais pesquisas identificadas na literatura sobre o estudo da automedicação e seus impactos na saúde pública, permitindo uma visualização clara e organizada dos autores, metodologias e principais resultados. A análise desses dados possibilita compreender a evolução do fenômeno ao longo dos anos, destacando fatores determinantes, prevalência, riscos associados e o papel estratégico dos profissionais de saúde, especialmente o farmacêutico, na prevenção de práticas inadequadas. Assim, o quadro funciona como uma ferramenta de apoio para interpretar de forma objetiva

como a automedicação tem sido estudada e quais implicações esses achados trazem para a formulação de estratégias de educação em saúde e políticas públicas.

Figura 1 - Resultados encontrados na literatura

Autor	Ano	Metodologia	Principal Resultado
Gomes et al., 2019	2019	Revisão bibliográfica , onde visamos sintetizar e aprofundar o conhecimento referente a publicação do autor, o que nos trouxe uma visão ampla do estudo pesquisado	O autor relata a grande importância que sejam realizadas ações educativas com apoio das políticas públicas voltadas à promoção do uso racional de medicamentos, pois são estratégias eficazes para reduzir os índices de automedicação , que vem se tornando algo rotineiro para muitos.
Ferreira e Nascimento	2019	Revisão de literatura com pesquisas bibliográficas, descrevendo a contextualização referente ao pensamento descrito pelo autor.	Os autores alertam para os riscos envolvidos, como as reações adversas, atrasando assim no diagnóstico correto e rápido e os principais aspectos da automedicação é aqueles com o maior grau de informações, obtidos tanto nas instituições educacionais quanto por experiências pessoais.

FARIAS, A. D.; et al	2020	Revisão narrativa, buscamos abordagem mais livre e teórica que utilizamos a literatura do autor para construir nossa argumentação .	Alta prevalência de prescrição de MPI para pessoas idosas, o que representa um risco considerável à saúde dessa população, podendo levar a reações adversas e hospitalizações. .
-------------------------	------	---	--

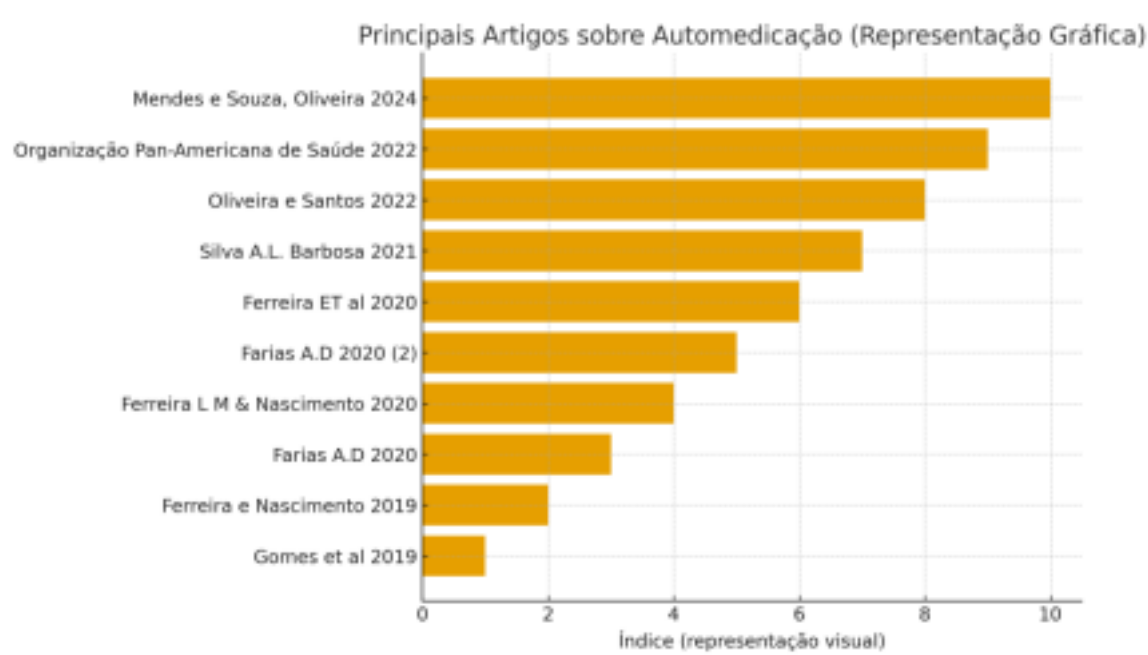
Ferreira, L. M., & Nascimento	2020	Revisão narrativa, permite sintetizar o conhecimento referente ao tema específico, combinando pesquisas de estudos bibliográficos , analisando criticamente o conhecimento já obtido.	A automedicação apresenta riscos como atraso no diagnóstico, intoxicações, interações medicamentosas e resistência aos antimicrobianos. O farmacêutico atua na linha de frente orientando sobre o uso correto dos medicamentos, promovendo a educação em saúde e realizando acompanhamento farmacoterapêutico
FARIAS, A. D.; et al	2020	Revisão sistemática, foi um estudo mais rigoroso, utilizando métodos sistematizados para identificar e avaliar criticamente e sintetizar as pesquisas mais importantes referente a publicação do autor	Fatores associados ao uso de medicamentos potencialmente inapropriados por idosos hipertensos, destacando riscos à saúde na Atenção Primária à Saúde. Os fatores incluem características socioeconômicas, dificuldades de acesso e comunicação em serviços de saúde, polifarmácia, idade e condições crônicas, resultando em riscos como eventos adversos, agravamento de doenças, dependência e redução da qualidade de vida.

Ferreira et al.	2020	Revisão integrativa, permite a inclusão de estudos teóricos com o objetivo de sintetizar o conhecimento	O impacto do uso excessivo em idosos de medicamentos na saúde dos idosos, está associado a diversas complicações, além de discutir abordagens para diminuir os efeitos negativos dessa prática.
Silva, A. L., Barbosa, T. R., & Cunha, L. P	2021	Revisão narrativa buscamos abordagem mais livre e teórica que utilizamos a literatura do autor para construir nossa argumentação .	Automedicação: abordam como um problema de saúde pública, destacando que é uma prática comum, mas arriscada, com potencial para agravar doenças, mascarar sintomas e levar à resistência antimicrobiana. Eles definem a automedicação como a seleção e uso de medicamentos sem supervisão profissional e ressaltam a importância da orientação de

			profissionais de saúde e da educação populacional para mitigar seus riscos.
Oliveira & Santos	2022	Estudo descritivo é um método que fundamenta a pesquisa, permitindo reunir, analisar e interpretar sobre o tema	O aumento da resistência bacteriana é uma das consequências mais alarmantes, e que durante a pandemia COVID-19 se intensificou, pelo uso inadequado de antibióticos
Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS	2022	Revisão integrativa, permite a inclusão de estudos teóricos com o objetivo de sintetizar o conhecimento	em consonância com a Organização Mundial da Saúde (OMS), considera o uso racional de medicamentos (URM) um pilar fundamental e um elemento chave para a segurança do paciente

(MENDES; SOUZA; OLIVEIRA, 2023).	2023	Revisão narrativa, buscamos abordagem mais livre e teórica que utilizamos a literatura do autor para construir nossa argumentação .	Um estudo nacional publicado em 2023 também evidenciou que a automedicação contribui para o aumento das intoxicações medicamentosas e para o uso irracional de medicamentos, reforçando a necessidade de políticas públicas mais rigorosas
---	------	--	---

Gráfico dos Artigos por Ano de Publicação 10 ARTIGOS (2019 A 2023)



4– DISCUSSÃO

A discussão dos achados desta revisão bibliográfica confirma que a automedicação é uma prática amplamente difundida na população brasileira e configura um importante problema de saúde pública, tanto pela sua magnitude quanto pelas consequências clínicas e econômicas associadas. Dados nacionais indicam que uma parcela expressiva dos brasileiros utiliza medicamentos sem prescrição e que esse comportamento está naturalizado no cotidiano, impulsionado por fatores culturais, econômicos, pela intensa oferta de medicamentos isentos de prescrição e por estratégias de marketing da indústria farmacêutica.

À luz dos achados de Galato et al. (2012), observa-se que a automedicação é especialmente prevalente entre adultos jovens, em particular estudantes universitários. Estudos que citam Galato mostram taxas elevadas de automedicação nesse grupo, sobretudo com analgésicos, anti-inflamatórios e antigripais. Esses resultados sugerem que maior escolaridade e conhecimento técnico sobre fármacos não necessariamente se traduzem em uso racional de medicamentos; pelo contrário, podem gerar autoconfiança excessiva, contribuindo para o uso incorreto.

Dentre a complexidade da automedicação como um fenômeno multifatorial e com impacto direto sobre a saúde pública. A prática reflete, em grande medida, as falhas estruturais do sistema de saúde brasileiro, como a demora no atendimento médico e o custo elevado de consultas particulares, o que leva muitos cidadãos a buscarem soluções rápidas por conta própria (Silva e seus colaboradores, 2021). A automedicação representa riscos substanciais, principalmente pelo uso indiscriminado de antibióticos e anti-inflamatórios, que podem desencadear resistência microbiana, hepatopatias e problemas renais (Souza et al., 2023). O aumento da resistência bacteriana é uma das consequências mais alarmantes, pois compromete a eficácia de tratamentos e eleva custos hospitalares, representando um desafio global para os sistemas de saúde (Oliveira & Santos, 2022). A articulação entre os achados de Galato et. al. (2012), Arrais et. al. (2016) e Ferreira & Nascimento et. al. (2019) evidencia que a automedicação transcende a esfera individual, configurando-se como um determinante negativo de saúde pública. Assim, torna-se imprescindível fortalecer

políticas de regulação, promover educação em saúde, ampliar o acesso à atenção primária e valorizar o papel do farmacêutico como agente estratégico na orientação ao uso racional de medicamentos.

O estudo de Arrais e seus colaboradores (2016) amplia o olhar para o cenário nacional e evidencia que a automedicação não é um fenômeno restrito a grupos específicos, mas um comportamento distribuído em diferentes faixas etárias e regiões do país. A prevalência de automedicação na população brasileira, com valores altos em regiões como Nordeste e uma parcela significativa do sexo feminino, doenças crônicas e dificuldades de acesso à atenção primária em saúde. Esses achados reforçam que a automedicação é influenciada por determinados fatores, incluindo fator econômico e social.

Outro aspecto discutido na literatura é o papel da educação em saúde como ferramenta preventiva. É de suma importância que sejam realizadas campanhas educativas e políticas públicas voltadas à promoção do uso racional de medicamentos são apontadas como estratégias eficazes para reduzir os índices de automedicação (Gomes e seus colaboradores, 2019). A participação dos farmacêuticos é igualmente fundamental, visto que eles são os profissionais mais acessíveis à população e podem orientar quanto ao uso correto dos fármacos (Ferreira & Nascimento, 2020).

É fundamental que os profissionais da saúde e a política pública realizem ações integradas, orientando a todos referente a automedicação, com objetivo na educação sanitária e no fortalecimento da atenção primária. Dessa forma, é possível diminuir os impactos negativos dessa prática e incentivar uma cultura de autocuidado responsável e seguro. E fazendo com que as pessoas procurem um profissional para orienta-los corretamente, para que tenhamos índices menores de fatores que causam a automedicação (Mota e seus colaboradores 2024)

Embora reconhecida como uma prática muito comum no Brasil a automedicação, ela só é possível pelo fácil acesso que as pessoas têm, pois não há um monitoramento das medicações em geral, somente aquelas com receituários controlados, e mesmo assim tem pessoas que conseguem o acesso a essa medicação, que é algo bastante preocupante, tendo em vista todos os riscos. Porém a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a busca por alívio imediato, experiências prévias com o medicamento, indicação de familiares, além das crenças de que todos os medicamentos são inofensivos (Oliveira & Santos, 2020).

Quanto aos riscos, Ferreira e Nascimento (2019) destacam que a automedicação aumenta a probabilidade de reações adversas, interações medicamentosas, uso de doses inadequadas e mascaramento de sinais e sintomas de doenças graves. O uso reiterado de medicamentos sem orientação profissional contribui para intoxicações, resistência antimicrobiana e aumento dos gastos em saúde, exigindo intervenções mais complexas no sistema público.

Vale ressaltar a suma importância da atuação do profissional farmacêutico, que possui papel estratégico para a orientação correta ao usuário, no controle da dispensação de medicamentos e na promoção da educação em saúde. A implementação de campanhas educativas é necessária para conscientizar a população dos riscos da automedicação, o fortalecimento da vigilância sanitária e o

incentivo ao uso consciente de medicamentos constituem estratégias essenciais para mitigar os efeitos negativos da automedicação. Portanto, o enfrentamento desse fenômeno precisa de ações multissetoriais que envolvam políticas públicas, educação da população e atuação qualificada dos profissionais de saúde (Costa & Araújo, 2021).

Segundo Domingues et al., (2017), estudos apontam que no Brasil, possivelmente cerca de um terço da população adulta pratique a automedicação, e que em uma comparação, países em desenvolvimento tem maior prevalência dessa forma de medicação.

No que diz respeito aos impactos da automedicação para a saúde pública, os estudos indicam riscos que vão desde efeitos adversos moderados até complicações graves, como intoxicação medicamentosa, efeitos colaterais e agravamento de doenças pré-existentes e em casos também preocupantes a misturas entre medicamentos.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica evidenciou que, embora a automedicação seja frequentemente entendida como uma solução rápida mediante a sintomas cotidianos, dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde ou pelo alto valor de uma consulta particular que nem todos possuem condições de pagar, ela representa alto risco quando realizada de forma inadequada e sem orientação profissional. O habitual uso de medicamentos especialmente analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos e ansiolíticos contribui para fatos que podem ser evitáveis, como reações tóxicas a medicamentos, reações alérgicas induzidas por medicamentos, interações entre medicamentos graves e, sobretudo, para o aumento da resistência antimicrobiana, um dos maiores desafios globais contemporâneos.

Notou-se que fatores socioculturais, econômicos e informacionais manipulam diretamente o comportamento de automedicação. A facilidade de acesso a medicamentos, a publicidade indiscriminada e a crença equivocada de que determinados sintomas são de fácil tratamento reforçam a prática, especialmente em populações com menor acesso à atenção primária. Assim, fica visível que o enfrentamento desse problema requer uma abordagem multidimensional, que envolva

tanto a educação da população quanto políticas públicas, fiscalização dos órgãos competentes e conscientização do uso racional.

Os estudos analisados convergem ao apontar a necessidade urgente de estratégias e articulações que fortaleçam ações educativas continuadas, promovam o autocuidado, para que a população seja mais consciente e não se automedique. O envolvimento direto dos profissionais de saúde, principalmente farmacêuticos, enfermeiros e médicos, é fundamental para orientar corretamente a população, desmistificar crenças equivocadas e prevenir práticas de risco. O farmacêutico desempenha papel indispensável na prevenção dos danos associados à automedicação, atuando como agente de promoção da saúde, segurança e orientação qualificada.

Completa-se que a automedicação, embora comum e muitas vezes socialmente aceita, integra um problema de saúde pública que exige atenção permanente e intervenções diretas e precisas. O acolhimento de políticas eficazes de educação, regulação e fiscalização pode diminuir significativamente danos e promover o uso racional de medicamentos, contribuindo expressivamente para a segurança do paciente e a redução de complicações evitáveis. Dessa maneira, o tema permanece importante e atual, demandando permanentes estudos que ampliem a compreensão do fenômeno e subsidiem ações que garantam a proteção da saúde coletiva, buscando aprimorar e atualizar a população dos riscos constantes da automedicação.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Arrais, P. S., Coelho, H. L., Batista, M. D., Carvalho, M. L., Righi, R. E. & Arnau, J. M. (1997). Perfil da automedicação no Brasil. *Rev Saude Publica*. 31(1), 71-7.
<https://doi.org/10.1590/s0034-89101997000100010>.

Arrais, P. S. D., Fernandes, M. E. P., Pizzol, T. da S. D., Ramos, L. R., Mengue, S. S., Luiza, V. L., & Bertoldi, A. D. (2016). Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 50(2), 13s.

ANVISA. RDC nº 20, de 5 de maio de 2011. Controle de medicamentos antimicrobianos.

Brasília: Anvisa, 2011.

Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. (2019). Uso racional de medicamentos: fundamentos, práticas e perspectivas. Brasília: ANVISA.

BRASIL. Ministério da Saúde. Uso Racional de Medicamentos: temas selecionados. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

Costa, R. S., Lima, J. P., & Andrade, V. F. (2021). Perfil da automedicação entre adultos em comunidades urbanas brasileiras. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 16(43), 2045–2053.

DOMINGUES PHF, Galvão TF, Andrade KRC, Araújo PC, Silva MT, Pereira MG. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. *Epidemiol Serv Saude*. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v26n2/2237-9622-ress-26-02-00319.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

FARIAS, A. D.; et al. Automedicação no Brasil: fatores associados e riscos à saúde. *Revista de Saúde Pública*, v.54, n.12, p.1–10, 2020

Ferreira, L. M.; Nascimento, J. (2019). Riscos da automedicação e o papel do farmacêutico na orientação ao paciente. *Brazilian Journal of Health Review*, 2(4), 2805–2816.

Ferreira, L. M., & Nascimento, R. A. (2020). Riscos da automedicação e o papel do farmacêutico na orientação ao paciente. *Revista de Ciências da Saúde*, 8(2), 50–58

Galato, D., Madalena, J., & Pereira, G. (2012). Automedicação em adultos em município do sul do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, 48(3), 335–345.

Gomes, E. A., Pires, D. F., & Alves, C. L. (2019). O uso racional de medicamentos como estratégia de prevenção à automedicação. *Revista de Saúde Pública e Comunitária*, 13(1), 115–124.

Hernandez, R. M., Maia, A. B., & Silva, T. N. (2021). Padrões de automedicação na população brasileira: revisão integrativa. *Journal of Health & Biological Sciences*, 9(1), 1– 7.

OMS. *The Pursuit of Responsible Self-Medication*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2021.

Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. (2022). *Uso racional de medicamentos e segurança do paciente*. OPAS/OMS.

LOPES LM et al. Self-medication and risks in a Brazilian population. *Cadernos de Saúde Pública*, 2016.

LOPES, L. M.; BARRETO, M. L. Práticas de automedicação e seus impactos na saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.26, n.7, p.2847–2856, 2021

MARTINS, M. C.; et al. Uso indiscriminado de medicamentos e desafios para a saúde pública. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.23, p.1–12, 2020

Martins, F. J., Carvalho, D. S., & Ramos, P. M. (2020). Antibióticos e automedicação: desafios para a saúde pública no Brasil. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 28(3),

391–398 Oliveira, M. F., & Santos, J. R. (2022). Determinantes sociais e culturais da automedicação no contexto brasileiro. *Revista Saúde em Debate*, 46(132), 824–837

MENDES, L. A.; SOUZA, R. P.; OLIVEIRA, M. T. Padrões de automedicação na população brasileira e seus riscos para a saúde pública: uma análise atual. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 27, n. 1, p. 45–58, 2023.

Mengue, S. S. et al. (2016). Acesso e uso de medicamentos no Brasil: Resultados da PNAUM. *Revista de Saúde Pública*, 50(Supl. 2), 1–10

MOTA, A. C. et al. Automedicação e seus impactos na saúde pública: a importância da

orientação profissional e da educação em saúde. Research, Society and Development, v. 14, n.5,p 1-12, 2025

OMS – Organização Mundial da Saúde. (2015). Report on the Safety of Medicines: Consumption and Risks of Self-Medication.

Silva, M. A.; Costa, J. C. (2018). Fatores associados ao uso indiscriminado de medicamentos no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 23(7), 2369–2378.

Silva, A. L., Barbosa, T. R., & Cunha, L. P. (2021). Automedicação: um problema persistente de saúde pública. Revista Brasileira de Epidemiologia, 24(4), 101–112.

SOUZA, R. A.; ALMEIDA, G. C. Riscos da automedicação e implicações para o sistema de saúde. Journal of Nursing and Health, v.10, n.3, p.1–11, 2020.

VENTOLA CL. The antibiotic resistance crisis. Pharmacy and Therapeutics, 2015. WHO.

Vieira, F. S. (2017). Impactos da automedicação no sistema de saúde e desafios para o uso racional de medicamentos. Physis, 27(1), 1–19.

Volpato, D. J.; Pacheco, C.; Cattani, S. (2015). Perfil da automedicação e seus riscos à saúde. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, 19(2), 99–106.

World Health Organization – WHO. (2023). Global Antimicrobial Resistance Report. Geneva: WHO.